ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DAS ONG 2009

PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA

Elaborado por:
Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

Bureau da Deocracia, Conflito e asisstência Humanitária
Escritório da Democracia e Governança

Bureau da África
Escritório de Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO EXECUTIVO

Quer estejam a responder a um surto de cólera no Zimbabwe, a apoiar os cidadãos para as negociações de paz no Uganda, a defender o direito de acesso à informação no Gana, ou a dar resposta às necessidades das comunidades locais para habitação e cuidados de saúde no Burundi, as ONG nos países da região subsaariana africana tanto respondem como reflectem os desafios das suas sociedades[1]. Numa região caracterizada por alguns dos problemas económicos, sociais e políticos mundiais mais graves, as ONG prestam serviços vitais, chegam aos grupos marginalizados, agem como vigilantes para manter os governos responsáveis e sensibilizam a opinião pública sobre questões políticas e preocupações sociais. No entanto, os níveis de capacidades das ONG e os ambientes para a sua operação variam significativamente entre países e mesmo dentro de países. Desde países como o Gabão, onde as ONG operam num vácuo jurídico e estão em constante risco de serem fechadas, passando pela Etiópia, onde uma nova lei que impõe restrições às ONG que recebem financiamento estrangeiro, pela África do Sul ou o Quénia, onde as ONG desempenham um papel activo no processo de decisão política, a viva diversidade e os desafios partilhados caracterizam a situação de sustentabilidade das ONG em África. Este primeiríssimo *Índice de Sustentabilidade das ONG para a África Subsaariana* da USAID fornece uma base importante para acompanhar a evolução da situação ao longo do tempo, iniciando-se a partir de um ponto em que sectores das ONG, em alguns países da África Subsaariana, já estão activos há quase quarenta anos.

Algumas das questões enfrentadas pelas ONG africanas incluem leis restritivas, a interferência política, a falta de benefícios fiscais, como isenções fiscais sobre os rendimentos auferidos; a corrupção, a censura da comunicação social; e o subdesenvolvimento da filantropia empresarial e dos mecanismos de financiamento público. As ONG, em alguns países africanos, operam no decurso de conflitos armados prolongados; outros impedimentos aos esforços das ONG são a falta de electricidade estável e as fracas infra-estruturas de comunicação. No entanto, a edição inaugural do *Índice de Sustentabilidade das ONG para a África Subsaariana* reflecte inúmeros exemplos de ONG que gerem o cumprimento das suas missões, apesar da miríade de obstáculos.

TENDÊNCIAS NA REGIÃO

Desde as mais de 350 mil ONG registadas entre 1997-2005 no Quénia às meras 150 registadas actualmente a nível nacional em Moçambique, o sector das ONG em cada um dos dezanove países investigados no índice são produtos específicos de factores históricos, geográficos, económicos e culturais. A região inclui países como a República Democrática do Congo (RDC) e a Nigéria, com populações enormes e uma multiplicidade de grupos étnicos e linguísticos. Diferentes contextos históricos moldaram as origens do sector das ONG de diferentes países; as ONG na Etiópia começaram a surgir durante a fome catastrófica do país em 1974 e 1984, por exemplo. Alguns países ainda estão a lidar com os efeitos incapacitantes das guerras passadas ou longos períodos de ditadura militar, factores que afectaram a capacidade das ONG para florescer. Os contextos políticos também variam; o Gana, o Mali e a África do Sul são os únicos países avaliados no índice que são "livres", segundo o inquérito da Freedom House *Freedom in the World 2010*, enquanto dez dos dezanove países são "parcialmente livres" e seis "não livres".

No entanto, apesar da grande variação em toda a região, são evidentes certas tendências no sector das ONG para o desenvolvimento em vários países da África subsaariana.

Obstáculos legais: as ONG enfrentam algum tipo de obstáculo legal na maioria dos países abrangidos no índice. Um dos principais obstáculos é a dificuldade de obtenção do registo. Em alguns países, as

[1] A designação "ONG" (Organização e Organizações) é por vezes aplicada a um grupo relativamente restrito de organizações registadas. Nesta publicação, a utilização do termo ONG refere-se às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, registadas e não registadas, incluindo associações, organizações de advocacia, Organizações de Base Comunitária (OBC), organizações de prestação de serviços e organizações de base religiosa.

leis sobre as ONG estão desactualizadas e o complexo o processo de registo é altamente centralizada, criando dificuldades para as ONG fora da capital. Em Angola, no Gana e no Ruanda, as ONG devem registar-se a vários níveis administrativos, o que pode levar a burocracia adicional e atrasos. Outro problema é a legislação sobre as ONG que introduz restrições não desejadas, como na Etiópia, onde as ONG que recebem financiamento estrangeiro estão impedidas de trabalhar em temas considerados politicamente sensíveis. (A questão da legislação restritiva é examinada em detalhes na descrição da página 17). As disposições legais de outros países limitam a capacidade das ONG de se sustentarem financeiramente. As ONG do Burundi, por exemplo, não beneficiam de isenções fiscais; mesmo em países que prevêem isenções fiscais ou outros incentivos financeiros para as ONG, como a República Democrática do Congo e a Guiné, os procedimentos são muitas vezes tão complicados que poucas ONG são capazes de os aproveitar. Na Serra Leoa não há incentivos fiscais para os doadores individuais e corporativos para fazerem donativos às ONG. As exigências burocráticas no Mali desqualificam as ONG de participar em algumas das propostas do governo. Em alguns países, como a República Democrática do Congo e o Senegal, as ONG têm reconhecido a necessidade de uma legislação mais favorável e estão a tomar iniciativas para a desenvolver, mas para ONG de outros países, como a Nigéria, esta não é uma prioridade. No Gana, as ONG têm resistido à proposta de Lei das ONG que acreditam poderá condicionar o seu desenvolvimento e actividades.

Definir o papel dos doadores: a viabilidade financeira é a mais fraca dimensão das ONG em África, uma questão discutida com maior profundidade no ensaio na página 28. Enquanto os recursos são um problema para ONG de todo o mundo, as condições em muitos países africanos produzem condições particulares de desafio financeiro para as ONG. Poucas ONG africanas são capazes de gerar rendimentos significativos através da prossecução das actividades económicas, através da cobrança de honorários por serviços ou da recolha de contribuições dos membros; a filantropia individual e empresarial tende a ser fraca, apesar de as OBC e as organizações de base religiosa geralmente se beneficiarem de remessas do estrangeiro e doações individuais. A contratação por parte do governo de ONG é muito limitado e muitas vezes dificultada pela burocracia e pela corrupção. Como resultado, na maioria dos países, as ONG estão essencialmente dependentes dos doadores estrangeiros para o financiamento e, em muitos casos, isso levou à determinação por parte do doador das prioridades das ONG. A dependência dos doadores também deixa as ONG vulneráveis quando os doadores reduzem os fundos ou saem de um país, como pode ser visto em Angola.

As ONG como atores de desenvolvimento: a prestação de serviços é a dimensão com melhor pontuação, em média, entre os países avaliados no índice. Em quase todos os países abrangidos, as ONG têm actuado há anos para responder às necessidades humanitárias, oferecendo serviços e produtos básicos como comida e água, medicamentos, habitação e educação às populações carentes e marginalizadas. Uma característica de notar em muitos países é a estreita ligação entre as OBC e as comunidades locais onde elas tiveram impacto. No Uganda, por exemplo, as ONG fazem esforços para envolver as comunidades na prestação de serviços e na execução de projectos. Ambos os sectores, privado e público, no Gana, reconhecem competências às OBC para ganhar a confiança e a cooperação das comunidades locais. Em muitos países da África subsaariana, as ONG estão fortemente empenhadas em ajudar as pessoas afectadas pelo HIV-Sida e na prevenção da sua transmissão. Ainda assim, os serviços que as ONG fornecem, na Libéria por exemplo, são muitas vezes determinados pelas prioridades dos doadores, em vez de pelas prioridades e necessidades das comunidades. Na Serra Leoa, as ONG que prestam serviços sentem-se limitadas pelo seu papel como subcontratadas das ONG internacionais. A capacidade das ONG na prestação de serviços deu-lhes reconhecimento do governo e até permitiu parcerias em vários países mas os casos de governos que contratam os serviços das ONG permanecem muito reduzidos. Estas iniciativas ainda são incipientes no Quénia e raras em Moçambique.

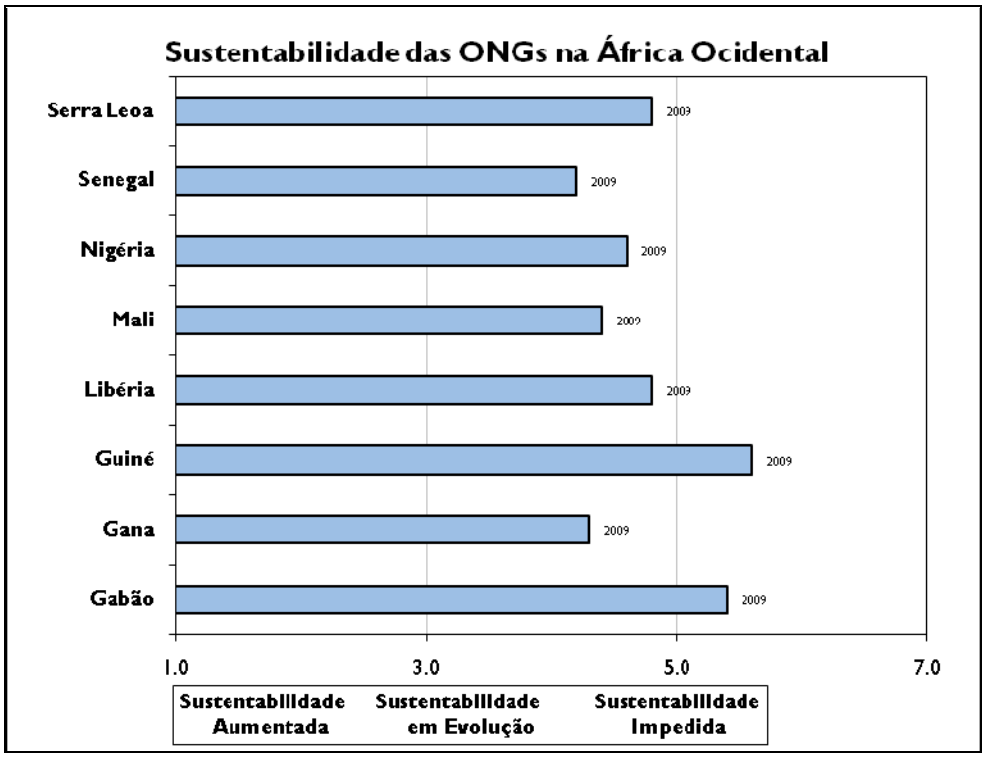
- *O papel crescente das ONG na advocacia*: Enquanto muitos governos africanos tendem a aceitar e, em alguns casos, até mesmo a abraçar o papel das ONG na prestação de serviços sociais, são mais propensos a ser ambivalentes ou até mesmo hostis em relação às ONG que promovem os direitos humanos ou fazem advocacia em questões sensíveis como a corrupção. O desenvolvimento socioeconómico parece ser a área onde os políticos são mais susceptíveis

de envolver as ONG no processo de decisão. As ONG no Ruanda participam no Conselho Económico Social Ruandês, por exemplo. ONG de vários países descobriram que podem causar um impacto maior sobre a política e legislação através da formação de coligações e redes, como a maliana Rede de Pessoas Vivendo com HIV-Sida, a Campanha para a Boa Governação da Serra Leoa, a Rede de Educação da Tanzânia ou a Aliança de Direitos e Alimentação, no Uganda. Outras áreas para as quais as ONG são capazes de direccionar os seus esforços de advocacia incluem a violência sexual e de género, direitos de terra, direitos das mulheres, meio ambiente, resolução de conflitos e intermediação na área da justiça.

TENDÊNCIAS SUB-REGIONAIS E NACIONAIS

O sector da ONG nas sub-regiões da África Ocidental, Oriental e Austral têm uma pontuação média global similar – tendo a África Oriental e Austral o mesmo nível de sustentabilidade das ONG – enquanto a pontuação global média da África Ocidental é ligeiramente inferior. Estas classificações globais colocam o sector das ONG em todas as três sub-regiões no extremo inferior da fase "sustentabilidade em evolução". A geografia não parece ser um factor determinante na pontuação da sustentabilidade das ONG. Dentro de cada sub-região, há países com sectores das ONG que obtiveram uma pontuação relativamente mais alta no âmbito do estágio da "sustentabilidade em evolução": o Quénia, na região leste de África, o Senegal, na região da África Ocidental e a África do Sul, na região da África Austral. Cada sub-região também tem o sector das ONG firmemente dentro da fase "sustentabilidade impedida", como o Burundi, na África Oriental; na África Ocidental, a Guiné; e Angola, na África Austral. Entre estes dois pólos, o sector das ONG nos países de cada sub-região receberam uma pontuação ao longo do espectro de sustentabilidade das ONG. O resultado é que a média das classificações globais para as sub-regiões são semelhantes.

África Ocidental



O índice abrange oito países da África Ocidental – Gabão, Gana, Guiné, Libéria, Mali, Nigéria, Senegal e Serra Leoa. O sector das ONG tanto no Gabão como na Guiné caracteriza-se por uma baixa pontuação para a sustentabilidade (sustentabilidade impedida). A Guiné é o mais fraco em pontuação

dos países do Oeste africano e, de entre todos os países no Índice, apenas Angola teve uma pontuação igualmente baixa. A instabilidade social e política tem afectado negativamente a capacidade das ONG guineenses para funcionar e alcançar estabilidade financeira[2].

No Senegal, a melhor pontuação de entre os países da África Ocidental, as ONG estão activamente envolvidas na prestação de serviços, bem como contribuem para discussões políticas. O Gana e o Mali também oferecem condições relativamente positivas para as ONG. O enquadramento legal das ONG no Mali é um dos que mais as apoia em África, com as ONG a usufruírem de processos rápidos de registo e de liberdade para expressar as opiniões sobre questões políticas, apesar de enfrentarem dificuldades para beneficiar de isenções fiscais e participar em concursos públicos. No Gana, as ONG têm uma capacidade organizacional forte em relação a outros países da região; muitas ONG envolvem voluntários, por exemplo. As ONG do Gana também prestam serviços numa vasta gama de áreas, embora continuem a ser dependentes de fundos de doadores estrangeiros.

O Gabão é o país da África Ocidental com o ambiente com mais desafios jurídicos para as ONG. As relações das ONG com o governo tendem a ser adversas e as ONG são alvo de assédio, incluindo a detenção de representantes de ONG e o congelamento de contas bancárias das ONG. Outros aspectos da sustentabilidade das ONG no Gabão também estão impossibilitados. O governo do Gabão, por vezes, oferece às ONG subsídios ou contratos mas o nepotismo político torna difícil para a maioria das ONG o acesso a esses fundos e também leva a que figuras políticas criem ONG para seu próprio ganho político e financeiro.

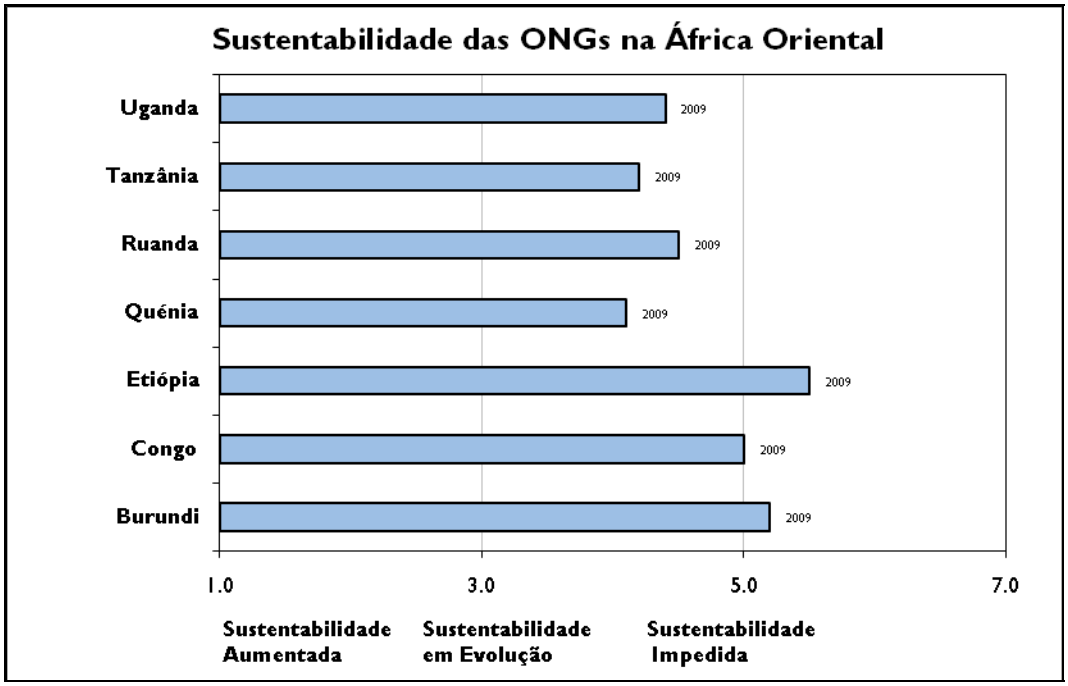
A Libéria e a Serra Leoa, que experienciaram guerras civis prolongadas que terminaram há menos de uma década atrás, obtiveram uma pontuação média global idêntica. Em ambos os países, as missões e actividades das ONG reflectem as transições de reconstrução pós-conflito destes países para o desenvolvimento. A definição do quadro legal para as ONG continua a ser um desafio fundamental em ambos os países, assim como a procura de fontes de financiamento, além de subsídios estrangeiros. Como país mais populoso da África, a Nigéria apresenta desafios e oportunidades únicas para o seu sector das ONG. As ONG floresceram com o influxo de recursos externos que se seguiram ao retorno do país à democracia em 1999 e tem sido bastante eficaz no envolvimento do governo nas questões políticas essenciais. Elas também beneficiam de uma imagem relativamente positiva do público. Apesar da existência de abundantes recursos naturais, das empresas de petróleo e da criação de algumas fundações empresariais, as ONG nigerianas partilham a mesma luta pela viabilidade financeira das ONG de outros países da África Ocidental.

ÁFRICA ORIENTAL

O Índice inclui os seguintes sete países da África Oriental: o Burundi, a República Democrática do Congo, a Etiópia, o Quénia, o Ruanda, a Tanzânia e o Uganda. O Quénia tem a melhor pontuação global no seio da sub-região e a mais forte infra-estrutura para as ONG entre todos os países no índice. Além disso, para o desenvolvimento constante de organizações de apoio intermédio e centros de recursos, as ONG quenianas podem beneficiar de programas de formação institucionais e doações de fundações locais. A pontuação global da Tanzânia também é relativamente elevada, em parte graças ao papel particularmente forte das ONG na prestação de serviços, para a qual recebem a cooperação e o apoio de órgãos governamentais locais e centrais. No Uganda, o sector das ONG em crescimento é bastante activo na prestação de serviços e as fortes redes de ONG e organizações "guarda-chuva" facilitam o sucesso das ONG na advocacia. A sustentabilidade das ONG no Uganda ONG é inibida, porém, pela falta de recursos de fontes diversificadas, bem como pelo ambiente restritivo, incluindo o assédio às ONG que tentam trabalhar em questões politicamente sensíveis.

[2] O painel de especialistas da Guiné foi realizado e o relatório do país redigido durante a crise política que se seguiu à tentativa de assassinato do presidente e subsequentes atrasos das eleições nacionais, que tiveram lugar em Junho de 2010.

A difícil situação que as ONG enfrentam na Etiópia reflecte-se na pontuação baixa para o ambiente jurídico, que corresponde ao do Zimbabwe. Os aspectos negativos superam os aspectos positivos na Proclamação das Organizações Caritativas e Associações etíope, aprovada no início de 2009, incluindo uma restrição ao financiamento internacional para ONG ligadas aos direitos humanos, género, resolução de conflitos ou à reforma do sector da justiça. As pontuações da Etiópia em todas as dimensões, excepto a prestação de serviços, se situam na fase de sustentabilidade impedida.



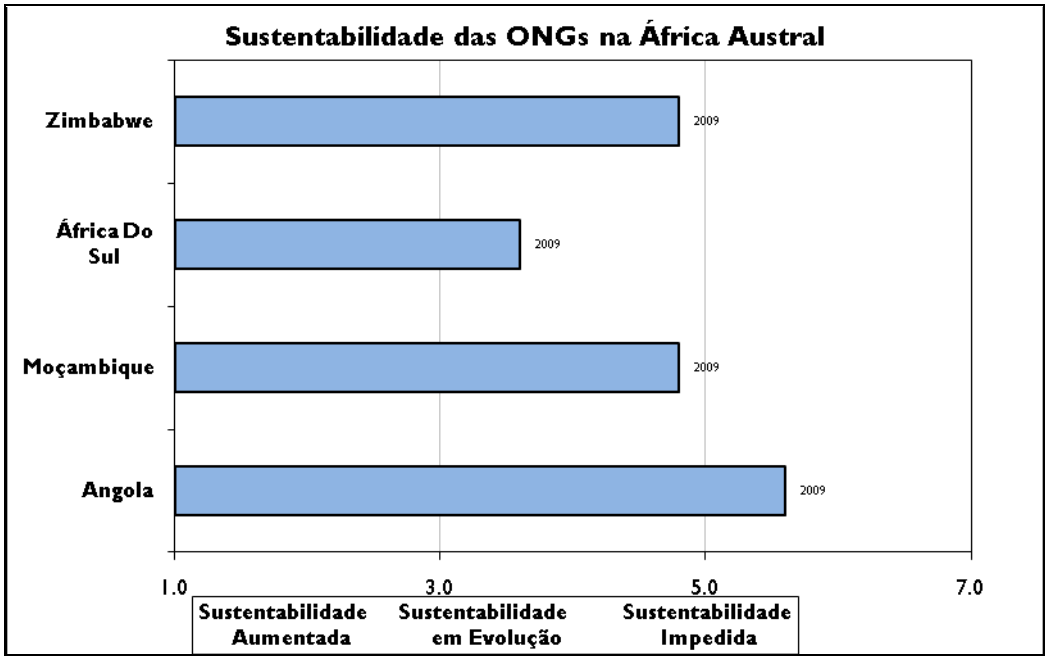
Mais de metade dos pontos do Burundi reflectem a fase "impedida". Em particular, a luta das ONG do Burundi contra a dependência quase total do financiamento de doadores internacionais e um ambiente jurídico restritivo. As ONG no vizinho Ruanda também têm problemas com a sustentabilidade financeira e com as fracas infra-estruturas mas conseguiram ganhar algum andamento em relação à advocacia relacionada com a formulação das políticas de desenvolvimento socioeconómico, a melhoria da legislação sobre as ONG e o acompanhamento dos mecanismos intermédios de justiça.

ÁFRICA AUSTRAL

Quatro países do Sul de África são tidos em consideração no Índice: Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe. A África do Sul, com o seu sector das ONG vibrante e com a tendência para o estabelecimento de mecanismos de financiamento nacionais, tem a melhor pontuação na região da África inteira, apesar de um declínio no financiamento de doadores, que reduziu a unidade dentro do sector das ONG, e a fuga de cérebros para os sectores privado e público tem enfraquecido as ONG nos últimos anos. No outro extremo da escala, Angola partilha com a Guiné as mais fracas pontuações de entre os países analisados. As ONG angolanas sofrem de uma fraca capacidade organizativa, da falta de uma infra-estrutura de apoio e possuem uma estrutura legal complicada, entre outros problemas. O *boom* do petróleo fez aumentar os custos de exploração em Angola e como resultado, inúmeros doadores retiraram ou reduziram os orçamentos da ajuda. As empresas petrolíferas e outras empresas, entretanto, proporcionam apenas um apoio mínimo a uma fatia reduzida de actividades das ONG.

Moçambique e Zimbabwe partilham a mesma pontuação média global, embora as condições para as ONG nos dois países sejam bastante diferentes. As ONG no Zimbabwe operam num ambiente político volátil e vulnerável à dissolução do Estado. Apesar da hostilidade do governo, as ONG zimbabueanas estão entre as mais avançadas da região em termos de prestação de serviços em resposta às necessidades sociais e humanitárias prementes. As ONG moçambicanas são capazes de operar sem

serem assediadas mas lutam contra uma capacidade organizativa particularmente fraca. Tal como as suas contrapartes no Zimbabwe, são bastante eficazes na prestação de serviços ao nível local. De notar que as ONG também conseguem mobilizar contribuições e voluntários por parte das comunidades locais.



CONCLUSÃO

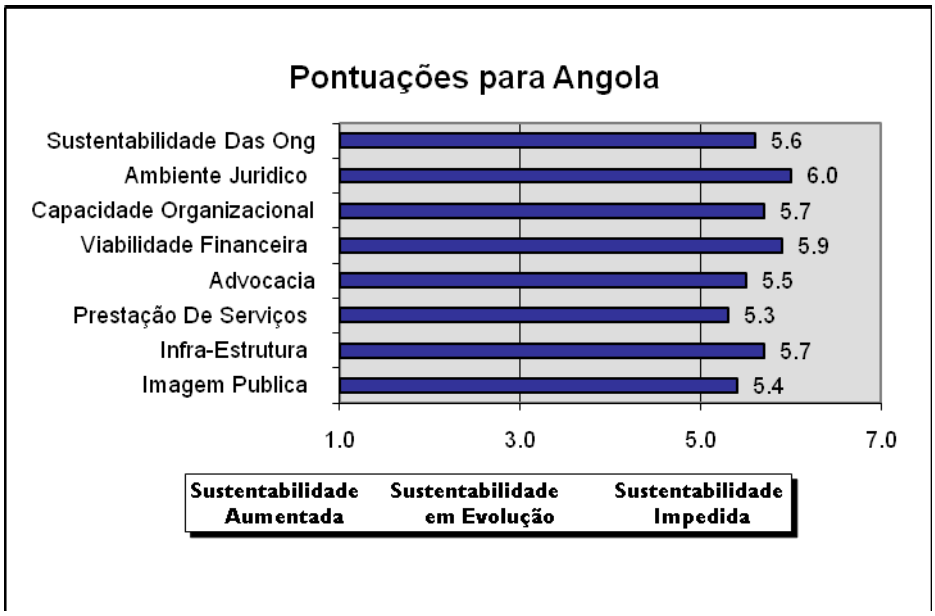
Este ano, o *Índice de Sustentabilidade das* ONG para a África Subsaariana da USAID estabelece uma base importante para uma análise mais aprofundada e uma avaliação do sector das ONG em dezanove países e fornece uma oportunidade para países e para o sector aprenderem com as experiências uns dos outros. Os activistas das ONG e políticos, bem como a comunidade internacional, podem basear-se no índice e nas melhores práticas das ONG africanas para determinar as prioridades e as abordagens, tais como a melhoria da legislação, a criação de incentivos fiscais para a filantropia, ou o aumento do acesso das ONG à Internet. De entre os assuntos que os utilizadores do Índice podem acompanhar ao longo do tempo, destaca-se a possibilidade de aferir se a situação em países com um ambiente relativamente favorável às ONG continua a melhorar ao mesmo tempo que tende a piorar nos países com um ambiente difícil; se emergem gradualmente diferenças mais marcantes entre as sub-regiões do Oeste, Leste e Sul do continente; e como as tendências em matéria de sustentabilidade das ONG afectam ou são afectadas por outras tendências de desenvolvimento em África. Conforme descrito em alguns dos relatórios dos países no Índice deste ano, em muitos casos, por exemplo, as ONG africanas têm estado particularmente activas em tempos de aumento de conflitos, durante emergências humanitárias e mesmo em situações de fracasso do Estado, aparecendo para resolver os problemas de populações carentes e para servir como um elo entre os doadores internacionais e as comunidades locais.

Os ensaios temáticos do Índice focam duas questões particularmente problemáticas para as ONG em toda a região subsaariana de África – a falta de uma estrutura jurídica de suporte e a luta para sobreviver financeiramente – como reflectem as pontuações relativamente ao ambiente legal e as dimensões da viabilidade financeira, muitas vezes os mais fracos para muitos países. As pontuações relativamente fortes, em média, nas dimensões da prestação de serviços e em termos de advocacia apontam para um papel importante das ONG para responder às necessidades sociais básicas em África e para a sua crescente capacidade de fazer ouvir a sua voz através de campanhas temáticas, da construção de alianças e da participação em fóruns políticos. Muitas vezes, contudo, as ONG que se concentram na defesa de direitos relacionados com os direitos humanos e com questões de

governação encontram-se em desvantagem em termos da obtenção de fontes de financiamento internas ou de obtenção de reconhecimento positivo em relação aos prestadores de serviços homólogos.

Como é evidente no relatório deste ano, as ONG na África subsaariana reflectem e respondem às condições e tendências nos países em que operam. Conforme a nota da USAID e da MSI no seu ensaio, a variada gama de ONG em África – desde organizações de base religiosa a associações profissionais de grupos baseados na comunidade – é em grande parte resultado dos movimentos democráticos da década de 1990 em África, que abriram espaço para actores não estatais. As mudanças de regime, a evolução política, as flutuações económicas e os avanços tecnológicos nos países pesquisados, estão sem dúvida entre os factores continuam a influenciar tanto as tendências positivas e como negativas no desenvolvimento do sector das ONG, resultando em mudanças futuras nas pontuações. As próprias ONG também irão provavelmente conduzir à mudança já que se adaptam e inovam da forma que lhes é característica.

ANGOLA



Capital: Luanda

Governo: República

População:* 13,068,161 (Julho de 2010 est.)

PIB per capita: $8,900 (2009 est.)

SUSTENTABILIDADE DAS ONG: 5,6

A sociedade civil é inerentemente fraca em Angola e o espaço político e social para a sociedade civil é limitado. As autoridades angolanas ainda não aceitaram totalmente a voz da sociedade civil ou as suas funções de vigilância e controle e o quadro legal é restritivo. A maioria das organizações é cuidadosa na sua abordagem e no seu contacto com o governo. Existe um medo palpável de repercussões com base em experiências anteriores negativas. As ONG que trabalham directamente com questões de transparência, governação e democracia, incluindo a gestão das finanças públicas, são muito pequenas, possuem bases adesão limitada e são dependentes de financiamento externo.

De acordo com um directório recente das ONG compilado pelo organismo de coordenação do governo de actividades da ONG, a Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), existem 127 ONG internacionais, até 464 ONG nacionais, 25 organizações religiosas e 19 fundações. Oitenta por cento dessas organizações não completaram o processo de registo. Embora a estimativa seja na casa dos milhares, não existem números fiáveis sobre quantas Organizações de Base Comunitária (OBC/CBO) existem.

* População, PIB e mapas em todos os relatórios são da Central Intelligence Agency, The World Factbook, disponível online em https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/.

AMBIENTE JURIDICO: 6,0

O registo das ONG é um processo complicado e difícil ao qual falta transparência. Não existe qualquer directiva institucional clara do UTCAH ou de ministérios sobre a cadeia de entidades responsáveis pela inscrição. Diversas agências governamentais regulam o processo de registo e aplicam critérios inconsistentes, muitas vezes levando à confusão e redundância. O processo de registo para uma ONG nacional, que é necessário para que possa funcionar legalmente, a nível nacional, é centralizado e tudo é feito em Luanda. As associações comunitárias fortes e vigorosas nas províncias não têm sido capazes de se registar como ONG, porque é demasiado caro chegar a Luanda vezes repetidas.

O primeiro passo é o registo a nível local, mas não está claro se é necessário uma ONG registar-se primeiro na administração municipal e depois na UTCAH provincial ou vice-versa. Uma vez que uma organização se regista a nível local (o que lhe permite trabalhar legalmente a nível provincial), o processo sobe para o nível nacional. Vários ministérios do governo, incluindo o Ministério da Justiça e o Ministério da Assistência e Reinserção Social, são responsáveis pelo processo de registo a nível nacional. De acordo com a Lei das Associações (14/91) e o decreto posterior (84/02), uma vez que o processo de inscrição esteja concluído a nível local, uma ONG deve ir directamente ao Ministério da Justiça para emitir o certificado. Antes de emitir o certificado, o Ministério da Justiça pode exigir à ONG um primeiro exame do processo por parte da UTCAH a nível nacional para a sua autorização. A UTCAH pode primeiramente solicitar a autorização do Ministério da Justiça e a outro ministério antes de aprovar o pedido. Este processo de idas e vindas entre os ministérios pode durar vários anos.

A falta de infra-estruturas a todos os níveis para facilitar a comunicação dentro do sector das ONG, e entre as ONG e outros sectores, agrava os problemas com o processo de registo. Em muitos casos, os ministérios relevantes exigem documentos que não são exigidos por lei.

Dentro do governo, diferentes entidades interpretam os instrumentos jurídicos de forma diferente, de acordo com seus próprios interesses. Por exemplo, um comandante da polícia declarou a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD) ilegal porque as suas actividades de advocacia tinham cruzado o seu caminho, quando na verdade é o Ministério da Justiça que pode declarar uma ONG ilegal. Quando a ONG Omunga tentou realizar uma marcha contra demolições ilegais do Governo da Província de Benguela, o comandante da polícia provincial, que se encontra no âmbito do Ministério do Interior, deu a entender num comunicado de imprensa que a Omunga era “ilegal”, apesar de estar registada a nível provincial.

As ONG envolvidas na defesa dos direitos humanos encontram mais dificuldades no processo de registo como prestadores de serviço social, pois o governo vê-as como forças de oposição. ONG de advocacia e de direitos humanos, como a AJPD, Human Rights Coordination Council, SOS Habitat, Mãos Livres e Omunga, que foram estabelecidas entre 2000 e 2006, permanecem sem certidão do Ministério da Justiça para concluir o processo de registo.

Muitas ONG têm que esperar mais de cinco anos para receber sua certificação. Mesmo depois de receber a certificação do Ministério da Justiça, uma ONG que tem de publicar seus estatutos no Diário da República, a fim de estar registada, o que é caro para a maioria das ONG e, por vezes, envolve corrupção. A maioria das ONG não podem pagar por isso e como resultado, muitas não estão registadas. Os atrasos na publicação em Diário da República podem durar um ou mais anos.

Foi elaborada uma nova lei das ONG de uma forma muito pouco transparente. As ONG pressionaram no sentido de receberem contribuições mas nunca receberam uma cópia da versão final que ficou com o Conselho de Ministros desde 2007 para aprovação. A nova lei das ONG é especialmente preocupante devido à introdução de novos requisitos que as ONG terão de cumprir antes de se registarem.

CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,7

Mais de 80 por cento das ONG locais não utilizam sistemas internos ou ferramentas para assegurar a responsabilização, a clareza de objectivos, visão, enquadramento estratégico, planos de mobilização de recursos, sistemas de monitorização e avaliação ou uma estrutura de gestão interna. Além disso, essas ONG não têm capacidade para preparar e articular propostas sólidas que possam atrair e satisfazer as exigências dos financiadores disponíveis. Por exemplo, apenas seis ONG angolanas responderam ao Programa de Financiamento para o Desenvolvimento da USAID em Janeiro de 2010, enquanto nos países vizinhos os concursos para a concessão deste tipo de financiamento são normalmente muito competitivos e concorridos. O financiamento, especialmente para as ONG nacionais, não cobre os custos indirectos que permitiriam às ONG melhorar esses aspectos críticos ou melhorar os salários para atrair pessoal técnico adequado. As ONG têm falta de planos de retenção sustentável de funcionários e dependem de subvenções a curto prazo para financiamento anuais.

Cerca de 20 por cento das ONG nacionais têm actividades visíveis, escritórios, funcionários e pelo menos um veículo. Outros 80 por cento só existem no papel e não têm ligação com as suas bases de apoio e partes interessadas.

Em todo o país, apenas uma ONG nacional, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), tem crescido e tem uma presença física em quatro províncias. Um estudo da World Learning revelou que, dos 20 por cento das ONG em funcionamento, a maioria tem orçamentos operacionais anuais de menos de 100.000 dólares e apenas cerca de dois por cento tem capacidade para gerir 1 milhão de dólares por ano. Apenas a ADRA tem a capacidade de gerir mais de 1 milhão de dólares por ano.

Num país como Angola, onde o voluntariado não existe, se uma figura poderosa permanece ligada a uma ONG é porque acredita que haverá algo nela para si próprio. Muitas vezes o desejo de um indivíduo de controlar uma organização pode resultar num “one-man show” e no recurso a tácticas que resultam em conflitos internos. A separação de poderes entre os órgãos directivos e os órgãos executivos é inexistente em mais de 90 por cento das ONG. Essas ONG não conseguem estabilizar as direcções já que são voluntárias por natureza e os membros das direcções esperam ser pagos para participar nas reuniões. Dado que o desemprego e a pobreza são elevados, não agrada a muitos membros da comunidade a perspectiva de voluntariado numa ONG, especialmente se não beneficiarem dos fundos disponíveis. Sem direcções funcionais, as ONG não possuem controlo financeiro interno e praticam a contabilidade apenas para os doadores.

A mais de 95 por cento das OBC falta o equipamento necessário, as capacidades de liderança, recursos humanos, recursos financeiros, governação, sistemas de gestão financeira e capacitação técnica e conhecimento para implementar projectos de sucesso. Além disso, as OBC possuem uma estrutura organizacional mais informal do que as ONG, confiando inteiramente no trabalho voluntário, e não possuem espaço de escritório e equipamentos. Mais de 95 por cento das OBC têm falta de estabilidade, por várias razões. Muitas OBC executam uma variedade de actividades e não têm um enfoque específico. Todas as OBC lutam para mobilizar recursos para suas actividades. A esperança de vida activa das organizações da comunidade é em geral apenas de alguns anos. Esses grupos também podem deixar de existir quando as iniciativas a que se comprometem (construção de uma escola, obtenção de títulos de terra, etc.) estão parcial ou totalmente executadas.

VIABILIDADE FINANCEIRA: 5,9

A riqueza de Angola e os custos de operação no país assustaram os doadores. Por exemplo, as rendas são geralmente 10-15 vezes mais elevadas quando comparadas a outros países africanos. A Concern, a Trocaire e a Cordaid estão entre os muitos doadores que deixaram o país e outros como a IBIS planeiam fechar as suas operações em Angola em Janeiro de 2011. Outros doadores, como as

embaixadas holandesa, japonesa, britânica e espanhola reduziram drasticamente os seus orçamentos de ajuda.

As ONG são fortemente dependentes da ajuda financeira externa que foi diminuindo drasticamente nos últimos dois anos. Sem o apoio de doadores externos, os serviços das ONG podem cessar. Estudos do Banco Mundial e PAANE (Programa de Apoio aos Actores Não Estatais da União Europeia) revelam que as ONG são muito dependentes de financiamentos externos, com muitos relatórios a apontar que 100 por cento dos seus orçamentos são provenientes de doadores estrangeiros. Nos sectores da electricidade e da água, algumas comunidades estão a pagar por serviços de ONG, mas esta é uma excepção. O governo não fornece subsídios para projectos de ONG para prestação de serviços, nem propostas de adjudicação.
Esta situação é ainda mais crítica para as ONG que trabalham na boa governação e direitos humanos. O sector privado, incluindo empresas petrolíferas, não apoia projectos nestas áreas. Enquanto isso, os doadores que no passado apoiaram estas actividades deixaram Angola ou reduziram os seus orçamentos para menos da metade. Por exemplo, durante a revisão da Constituição angolana, durante o período de Abril de 2009 a Janeiro de 2010, as ONG que não tinham financiamento externo não foram capazes de influenciar este processo, demonstrando a total dependência das ONG do financiamento dos doadores.

Angola não possui uma base forte de doadores locais definidos para apoiar o sector das ONG. Enquanto algumas petrolíferas se envolvem em actividades filantrópicas e apoiam algumas actividades de prestação de serviços, o número de projectos que apoiam é muito pequeno e os recursos disponíveis são muito limitado. Além disso, as empresas de petróleo estão restritas a áreas geográficas e sectores que podem apoiar. O processo de aprovação e selecção dos projectos deve estar em sintonia com as regulamentações da Sonangol (empresa estatal de petróleo), um processo oneroso que pode levar anos ou nunca vir a ser concretizado. A única companhia de petróleo que periodicamente abre uma solicitação nacional de propostas é a Exxon Mobil. Nenhumas outras empresas de petróleo ou outras empresas têm estratégias e práticas explícitas de doações. As empresas do sector da construção civil, outra parte importante da economia, não têm uma cultura de apoiar projectos de responsabilidade social; em alguns casos isolados dão apoio à compra de lápis, livros e outros materiais similares.

Em alguns casos, os indivíduos fundam ONG baseando-se num desejo de enriquecimento pessoal. Isso faz com que os fundos das ONG sejam vulneráveis ao abuso já que a autoridade financeira está centrada unicamente no líder da ONG e a instalação de sistemas financeiros sólidos normalmente não é do interesse dos dirigentes. Nos casos em que existe interesse em fazê-lo, as organizações têm falta de pessoal qualificado e habilitado para desenvolver planos de viabilidade financeira e estratégias de captação de recursos. Com um sector petrolífero muito competitivo, é muito difícil para as ONG atrair e manter pessoal de finanças de bom nível porque a maioria vai trabalhar para as empresas de petróleo.

ADVOCACIA: 5,5

Embora existam mecanismos e plataformas de advocacia, a capacidade para a fazer é fraca. Angola tem uma grande organização nacional, a ADRA, enquanto o resto são pequenas organizações e que lutam pela sobrevivência. Uma ONG que desenvolve actividades de advocacia e lobby pode ter a sua sobrevivência ameaçada. O governo pode marginalizar uma ONG que critica o governo, garantindo que a ONG não recebe uma cobertura necessária da comunicação social ou tem acesso a instituições-chave do Estado, como escolas e hospitais. Em segundo lugar, o governo pode indicar uma ONG como sendo da oposição, o que pode afectar o financiamento da ONG. A maioria das organizações não confronta o governo de forma conflituosa.

Durante o processo recente de reforma constitucional, o governo não ofereceu espaço e condições necessárias, como o diálogo construtivo, aos actores da sociedade civil e das comunidades, educação

cívica ou materiais impressos para o engajamento da sociedade civil. Entre as ONG, o trabalho em rede é fraco; não foi feito um único esforço para confrontar o governo no processo de reforma constitucional. Algumas vozes isoladas surgiram mas não foram suficientes para influenciar os resultados.
O governo conseguiu instalar o medo nos activistas. Algumas figuras bem conhecidas e jornalistas ficaram desempregados e impotentes. Menos de um punhado de organizações ousaram levar o Governo a tribunal por prisão ilegal de activistas de direitos humanos e jornalistas e em relação aos despejos ilegais de terras; os seus casos ainda estão pendentes.

A cultura política do sigilo administrativo, clientelismo e favorecimento enfraquece ainda mais os esforços de lobby e advocacia. Isso inclui práticas como a compra de rivais políticos, incluindo os principais membros de ONG; regras e regulamentos deliberadamente ambíguos e obstáculos burocráticos, como o tempo excessivo que leva o Ministério da Assistência e Reinserção Social para registar uma nova ONG; e a desconfiança generalizada de várias agências do governo das ONG.
Ao mesmo tempo, acções isoladas de advocacia têm sido frutíferas. Como parte de sua campanha de mobilização "impedir as demolições", a OMUNGA organizou uma manifestação que encheu as ruas de Benguela, com cerca de 400 pessoas zangadas preparando-se para marchar contra o plano do governo para continuar a demolição de casas e remoção forçada de pessoas das suas terras. O governo provincial proibiu a marcha apoiado em fundamentos jurídicos fracos e cercou a cidade com mais de 800 polícias armados e militares. Embora o povo de Benguela não tenha feito a marcha, é significativo no contexto político angolano que 400 pessoas estivessem prontas para marchar contra as expulsões "ilegais" do governo.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 5,3

A prestação de serviços por parte das ONG é visível, embora continue fraca. As ONG enfrentam desafios locais, como a incapacidade de atrair pessoal qualificado ou um financiamento sustentável que permita uma programação de longo prazo. Tanto as ONG como as comunidades têm pouca experiência de trabalho conjunto e isso requer tempo para obter resultados e medir de forma competente a qualidade da prestação do serviço. Ainda assim, as ONG fazem esforços para oferecer serviços em diversas áreas, incluindo a educação informal, a saúde de base comunitária, o HIV-Sida, a organização comunitária, a produção agrícola, a assistência a micro-empresas urbanas, os serviços de creches, programas de alfabetização para jovens e mulheres e abastecimento de água e reabilitação de saneamento.

O governo não tem uma política sobre a prestação de serviços por parte de ONG de e não tenta activa e estrategicamente colaborar com a sociedade civil para desenvolver serviços técnicos ou de investigação de interesse nacional. Além disso, o governo não financia o número limitado de ONG com possibilidades e capacidade para a prestação de serviços. Nem os doadores externos nem o governo fornecem fundos para a investigação. A maioria dos serviços prestados pelas ONG é subsidiada pelos doadores. Nos sectores da electricidade e da água, algumas comunidades estão a pagar por serviços de ONG, mas esta é uma excepção.

INFRA-ESTRUTURA: 5,7

As infra-estruturas para o sector das ONG são calamitosas. Os centros de recursos são praticamente inexistentes e coordenação das actividades é fraca. As ONG têm assumido a responsabilidade de partilha de informação e têm também algumas formações isoladas. Enquanto um programa de apoio à sociedade civil da USAID é, sem dúvida, uma das bases mais visível de a ONG, este integra apenas cinquenta das mais de 500 ONG que necessitam deste tipo de apoio. A comunicação é muito cara, os serviços de telefone fixo e fax são raros, mesmo em Luanda, a internet é lenta e cara de instalar e a maioria das áreas fora de Luanda possui meios de comunicação limitados, o que torna muito difícil

para as ONG ficarem em contacto e construírem redes. Os facilitadores locais e os formadores são poucos e caros, e não há nenhuma base de dados destes técnicos acessível.

Num estudo recente sobre a capacidade das redes realizado pelo PAANE, estimou-se que apenas 22 por cento das redes realmente implementam actividades. Cerca de 47 por cento das redes estão baseadas na cidade capital, Luanda. A organização "guarda-chuva2 das ONG, o FONGA, está inactiva desde 2008.
Os partidos políticos como o MPLA posicionaram-se em redes importantes de ONG como a Rede Mulher, a Rede Terra e a ANASO, uma organização "guarda-chuva" das ONG que trabalham no combate ao HIV-Sida. As partes utilizam as redes de ONG em seu benefício e por vezes prejudicam o seu trabalho. Por exemplo, membros da Rede Terra, que são do MPLA, recusaram apoiar a OMUNGA na sua declaração à imprensa protestando contra os despejos ilegais de grupos vulneráveis das suas terras e casas. O presidente da ANASO é um alto membro do MPLA, que nunca permitiu que a ANASO pedisse uma prestação de contas ao governo sobre como os fundos para o HIV-Sida (40 milhões de dólares) tinham sido gastos. Muitas organizações que têm opiniões diferentes são excluídas das actividades, enquanto algumas outras apenas se afastam. Vários líderes de ONG estão cada vez mais conscientes da necessidade de estabelecer alianças e redes em torno de questões específicas, mas parecem estar longe de chegar a acordo sobre formas sustentáveis de trabalhar em conjunto.

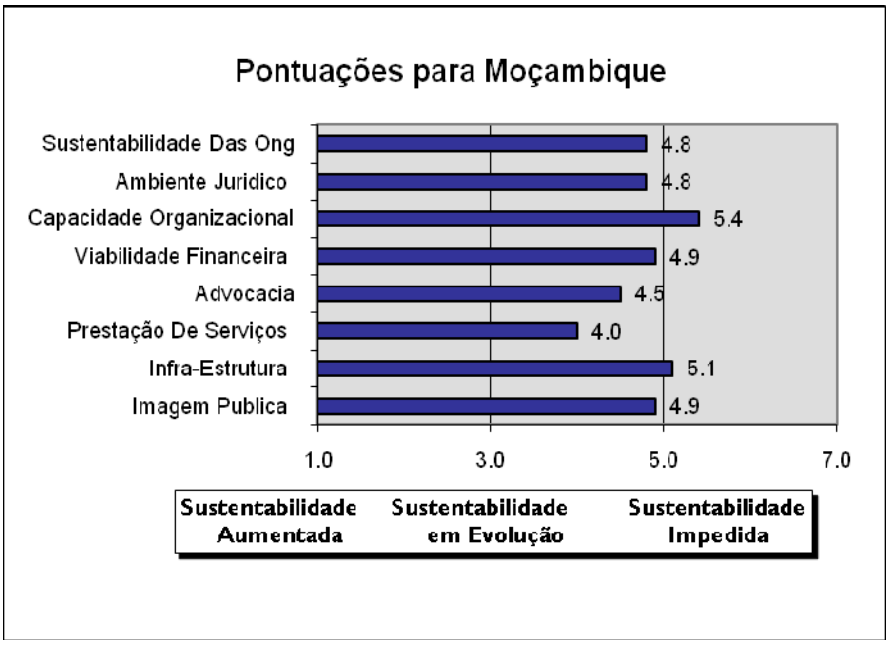
IMAGEM PUBLICA: 5,4

A maioria (88 por cento) das ONG carece de uma programação bem planeada e da documentação necessária para construir uma marca e imagem pública positiva. O insucesso das ONG para atrair pessoal qualificado e especializado constitui um círculo vicioso, no qual está ausente a capacidade pessoal, a imagem deteriora-se, tornando o sector menos atraente para trabalhadores qualificados. As ONG recebem cobertura da comunicação social quando é desenterrado um caso de má gestão financeira; os esforços de desenvolvimento das ONG não são considerados notícia.

A maioria das ONG não tem uma cultura de documentar e divulgar as suas actividades. Mesmo aquelas que não divulgam esta informação junto das principais partes interessadas, incluindo o governo. Actualmente, poucas ONG divulgam os seus relatórios financeiros anuais e programáticos ou mantêm conselhos profissionais e independentes de administração que possam ajudar a garantir uma melhor gestão dos seus fundos. No máximo, as ONG reportam às suas agências de doadores, mas estas são geralmente na Europa e, portanto, só podem exercer um controlo limitado.

A comunicação com as partes interessadas em muitos casos é mínima. A maioria das comunidades vulneráveis não entende o papel das ONG, o que aponta para estratégias de comunicação fracas. Num caso, uma avaliação de uma ONG revelou uma ignorância grosseira de uma comunidade sobre as actividades, objectivos e âmbito de programação da ONG que estava a trabalhar na comunidade. A Acção Humana, uma ONG nacional líder, foi afastada por líderes comunitários em Luanda, sob alegação de que a organização queria beneficiar com o seu caso. Os esforços para melhorar a imagem pública e a marca não são prioridades para as ONG nesta fase. O governo também deve ser visto como estando a cooperar com as ONG e retratando-as como instituições necessárias para o empoderamento das comunidades.

MOÇAMBIQUE



Capital: Maputo

Governo: Republic

População: 22,061,451 (Julho 2010 est.)

PIB per capita: $900 (2009 est.)

SUSTENTABILIDADE DAS ONG: 4,8

Na sociedade Moçambicana pós-independência, a sociedade civil em geral e as Organizações não Governamentais em particular tiveram um percurso lento e árduo para o reconhecimento por parte do governo, aceitação pela estrutura oficial do poder e inibição da liberdade de expressão.O novo governo nacional, dirigido por um único partido político, a FRELIMO, exerceu um controle cerrado sobre a expressão popular, exigindo que o povo canalizasse a sua participação através de uma de três instituições: a única União dos Trabalhadores, uma organização nacional das mulheres ou um movimento da juventude.

Em 1987, quanto o governo começou a dar passos calculados para a liberalizar uma economia não funcional e a procurar parceiros internacionais alternativos, foi aprovada a legislação que abriu caminho para as Organizações não Governamentais, internacionais e locais se registarem e exercerem.

Mas a última década tem visto uma proliferação de manifestações da sociedade civil em Moçambique, exercidas dentro das estruturas de um regime em mudança, muitas arbitrariamente, em sectores múltiplos de serviços, nas onze províncias do país. Há uma sociedade civil em crescimento e amadurecimento em Moçambique, estimulada em parte pela expansão gradual das oportunidades educacionais e as deslocações dos habitantes rurais – assim como o surgimento de bolsas de sociedade cosmopolita urbana – e a paz desfrutada após dezassete anos de conflito interno. A pobreza a par com a nova riqueza e a pandemia de HIV-Sida, são dois factores que ajudaram a formar e conduzir as ONG moçambicanas. Ao nível provincial e distrital, os jovens sem recursos estão a tentar ganhar liderança por via das OBC, instituições de base religiosa e OBF e ONG registadas localmente.

As ONG moçambicanas são registadas no Ministério da Justiça. Muitas destas organizações operam em pelo menos duas – às vezes mais - províncias. O número de ONG actualmente registadas no Ministério da Justiça é estimado em 150. É exigido às ONG a manutenção e actualização do registo através da submissão de um relatório anual. Nos anos recentes, o registo de organizações nacionais que operam ao nível provincial, ou em número limitado de distritos dentro da mesma província, pode ser feito através do Gabinete do Governador Provincial. O número total dessas organizações nas onze províncias, é também estimado em 150.

AMBIENTE LEGAL: 4,8

Embora os estatutos publicados permitam detalhar o registo de ONG em Moçambique, na prática, os procedimentos são longos e difíceis e podem servir para desencorajar o registo. Há quem argumente que é mais fácil registar uma empresa do que uma ONG, embora seja notoriamente complicado registar uma empresa privada. A descentralização no registo das associações, uma forma de ONG, ao nível provincial e até mesmo distrital, tem sido facilitada nos últimos anos. De acordo com a recente pesquisa sobre ONG nacionais, 70 por cento estão localizadas nas áreas rurais, enquanto 30 porcento operam nas áreas urbanas.

As leis actuais não distinguem entre os diversos tipos de ONG. As organizações de ajuda mútua são equiparadas a organizações de caridade e às orientadas para a prestação de serviços. As leis de 1991 e 2007, que definem o registo de ONG, deixam a porta aberta para a inclusão de algumas entidades que se relacionam mais com os sindicatos de trabalhadores e partidos políticos, como os movimentos de jovens e grupos que dizem combater a pobreza.

A iniciativa do governo de introduzir um mecanismo para regular os serviços pelas áreas geográficas e temáticas foi posta de lado quando algumas ONG a ela se opuseram. Ostensivamente desenhada para servir como meio de separar os serviços governamentais dos das organizações não governamentais numa área geográfica determinada, foi vista por muitos como um instrumento para controlar as ONG.

Foi feito um apelo pela liderança sénior da sociedade civil de Moçambique para que juristas competentes observassem as leis de registo das ONG em vigor e sugerissem modificações que pudessem ajudar a distinguir entre as várias formas de ONG. Sem uma autoridade específica e competente para prestar assistência às ONG requerentes, a situação do registo continuará confusa. Os requerentes nas províncias distantes de Maputo estão em maior desvantagem. Não existe nenhuma fonte de informação sobre os artigos apropriados para a constituição de uma ONG, a composição do Conselho de Administração e formulários para preencher e submeter. Mais ainda, os oficiais de administração a todos níveis têm falta de conhecimento dos passos de um processo de registo.

Em princípio, as ONG estão isentas de pagar taxas, mas estão a surgir leis sobre taxas e procedimentos de colecta de impostos. Na prática as ONG cobram por alguns serviços (consultoria por exemplo) e também vendem produtos. A suposição é de que devem cultivar a geração de rendimento através da venda de produtos e serviços para o desenvolvimento das actividades da organização. As vendas não são registadas ou reportadas como transacções comerciais.

CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,4

Muitas vezes a composição inicial de uma ONG não evolui ao longo do tempo. A liderança torna-se sedentária e é desencorajada a integração de novos membros pois podem representar um risco e desagradar a estrutura directiva existente. A maior parte das ONG não procura activamente membros que estejam dedicados aos objectivos das organizações.

As estruturas de gestão internas das ONG são emergentes e desenvolvem-se gradualmente à medida que os membros das direcções interiorizam os seus papéis. Algumas das ONG maiores têm membros da direcção que apoiam e são úteis. No entanto, praticamente não existem linhas de orientação bem definidas por parte das direcções. Há falta de bons materiais de formação e poucos formadores experientes em gestão organizacional. As ONG normalmente dão baixa prioridade às preocupações com o desenvolvimento institucional.

A dependência das ONG e doadores internacionais significa que não existe nenhuma estratégia moçambicana bem definida e as ONG seguem as estratégias de organizações baseadas no estrangeiro, maiores e abastadas. Pelo menos duas das maiores ONG, Progresso e FDC (Fundação para o Desenvolvimento Comunitário), organizaram esforços, com variados graus de sucesso, para anular essa dominação.

As ONG ao nível distrital enfrentam problemas múltiplos quando implementam planos ou projectos. A administração interna é mal constituída, com os mesmos indivíduos a assumirem múltiplas funções. Às vezes a capacidade organizacional local pode ser garantida por curto tempo como no caso da resposta a desastres, mas é muito menos sustentável a longo termo e em actividades mais complexas. As Organizações Baseadas na Comunidade são particularmente vulneráveis a esta doença.

As ONG têm frequentemente vagas em cargos chave em relação aos quais pode decorrer um tempo considerável sem ser feita publicidade ou entrevistas a candidatos para o seu preenchimento. Com excepção de grandes ONG com recursos de financiamento externo, a maioria das ONG fica-se por um pequeno grupo de talentos locais, mal treinados, sem experiência e incapazes de motivação e direcção independente. O pouco pessoal qualificado é muito valorizado – principalmente gestores financeiros e contabilistas – e estes têm a tendência para se mudarem frequentemente à procura de maiores remunerações ou melhores benefícios.

A capacidade organizacional das ONG é largamente determinada pelo acesso à electricidade, especialmente em zonas rurais. O acesso a tecnologia e a tecnologia avançada melhorou exponencialmente entre a maioria das ONG mas o acesso a equipamento continua a ser o básico. A familiaridade com programas informáticos está a melhorar. Muito frequentemente, o computador de uma ONG permanece atrás da porta trancada do director devido a casos de abuso. A lentidão da internet é um impedimento para o seu uso no interior do país. Persistem reticências de muitos gestores e directores das ONG para fazer uso activo do email dificultando a troca de informações e o funcionamento em rede.

VIABILIDADE FINANCEIRA: 4,9

As ONG nas áreas urbanas lucram menos do que as dos distritos rurais quando se trata de apoio local. Isto deve-se aos valores sociais que são geralmente mantidos em muitas zonas rurais. As contribuições em espécie e o voluntariado fazem parte da cultura moçambicana rural, embora seja difícil, se não impossível, quantificar esse apoio não monetário.

As igrejas e mesquitas insistem em contribuições voluntárias e este é um caminho de viabilidade financeira de muitas organizações baseadas na fé. Os fiéis tendem estar mais motivados para dar mais quando há transparência.

O apoio do sector privado às ONG ainda está num estágio inicial. O fluxo de assistência que se seguiu aos Acordos de Paz de 1992 quase desapareceu. As instâncias de apoio das grandes empresas, principalmente as estrangeiras, têm sido ocasionais, acordos únicos, como a construção de uma escola ou centro de saúde, ou material para realizar uma campanha de advocacia. Existem algumas evidências da responsabilidade social das empresas para actividades socioeconómicas, mas esta ainda não se traduz num apoio sustentável para o desenvolvimento institucional das ONG ou mesmo assistência para a prestação de serviços regulares. Por exemplo, uma grande multinacional no sector e

mineração criou uma "organização de serviços", que concede donativos e patrocina diversas campanhas para a comunidade da área da empresa. Uma outra empresa do sector mineiro contratou um consultor para delinear um programa de responsabilidade social também na sua área de operações. A lei permite que o sector privado contribua para as instituições da sociedade civil, mas poucos benefícios tangíveis são atribuídos por lei ao doador.

As contribuições do governo para a comunidade de ONG são raras. Os enredos burocráticos inerentes ao processo de concurso para contratos públicos têm desencorajado a maior parte das ONG para concorrer. Uma ONG incorreu por duas vezes em custos elevados para concorrer ao fornecimento de livros escolares, sem sucesso; outra ganhou vários contratos para a construção de escolas primárias em zonas rurais. A União Europeia financiou ONG locais, que competiram para gerir programas de extensão agrícola. O concurso foi organizado pelo Ministério da Agricultura mas os fundos foram extra-orçamentais e esta iniciativa não pôde ser considerada como financiada pelo governo.

A captação de fundos e o marketing são relativamente novos nas abordagens das ONG moçambicanas. As ONG são normalmente as últimas a saber sobre oportunidades de financiamento e são frequentemente passivas, apesar do conhecimento de oportunidades de parcerias de longo prazo. Existem relatos de as primeiras parcelas de subvenções de doadores não serem seguidas por outros financiamentos em anos subsequentes. Algumas ONG – particularmente no sector da democracia e governação – começaram a acompanhar de forma mais agressiva os doadores.

Embora as ONG reconheçam a importância de auditorias ocasionais financeiras e ao programa, a distância, isolamento e inacessibilidade do trabalho que desenvolvem joga contra o cumprimento destes requisitos. Além disso, o uso de voluntários e contribuições em espécie frustra as práticas normais de auditoria. Há um consenso, porém, que recebendo dinheiro ou cabras, as ONG devem prestar contas aos membros e ao público.

ADVOCACIA: 4,5

Têm sido feitos esforços sérios relacionados com a advocacia, bem como actividades visíveis, embora ambos de fraco impacto. Algumas ONG iniciam a advocacia em favor de diversas causas, embora com ferramentas rudimentares. Há também a "multidão t-shirt", incluindo algumas ONG, que é visível em dias de marcha, mas que se contenta mais com um evento único do que com um compromisso para ver vencedora uma agenda de acção.

Não existem presentemente canais formais para a participação regular das ONG nos assuntos de governação. Algumas entidades ad-hoc, vocacionadas para assuntos específicos como os grupos de trabalho do Programa para a Redução da Pobreza Absoluta e o fórum de parceiros do Conselho Nacional de Combate ao Sida (CNCS) podem ter assentos adicionais para as ONG mas os programas governamentais nas áreas da saúde, agricultura, ambiente e educação não têm, como regra, possibilidades de entrada para a discussão e participação nas decisões por parte das ONG.

Há um reduzido, senão mesmo inexistente, movimento na direcção da reforma e legal e aumento da eficiência das ONG. Em vez disso, as ONG interpretam na sua maioria a advocacia como o abraçar de causas válidas e trazê-las à atenção do público, da comunicação social ou do governo. A agenda da advocacia evoluiu nos anos recentes para passar a incluir a paz, os direitos à terra, preocupações ambientais, o HIV-Sida, os direitos de gays e lésbicas, a violência doméstica, o tráfico de crianças e a educação universal.

Em quase todos os casos, as ONG têm muito a aprender sobre a implementação de uma agenda de advocacia por um período prolongado e segui-la através dum plano de acção. O anúncio de uma nova política do governo ou a aprovação de uma lei na Assembleia da República é uma coisa, mas promulgar, implementar e fazer cumprir a mudança política em cada distrito é outra coisa. Contudo, a sociedade civil tem feito um enorme esforço em avançar com a "agenda popular".

O Parlamento Juvenil (PJ) é um princípio promissor, apartidário, para abordar questões que pesam sobre muitas ONG. Criado em 2008, o PJ defende políticas públicas e estratégias que sejam favoráveis e inclusivas para a juventude e monitoriza as acções do governo. Moçambique não tem ONG que operem como "think tanks", apesar de ONG como o Centro para a Integridade Pública (CIP) levarem a cabo uma monitorização e pesquisa sobre políticas públicas.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 4,0

As ONG oferecem serviços a um amplo espectro de sectores. Com 70 por cento das ONG localizadas em áreas rurais, o foco tem sido a extensão agrícola. Esta é uma consequência da distribuição de sementes e ferramentas através de programas em 1992-1996, a partir do ano seguinte ao fim do conflito armado, quando a economia rural foi restabelecida após muitos anos de inércia. Moçambique experimentou uma enorme expansão rápida de ONG, tanto internacionais como nacionais, estas últimas agindo muitas vezes, nesse período, como agentes de prestação de serviços rurais para as primeiras.

Gradualmente, as ONG assumiram outras responsabilidades no abastecimento de água em meio rural, na manutenção rodoviária de acessos aos mercados, em operações de desminagem, na educação nutricional da mãe/criança e, à medida que o processo político ganhou força, na educação cívica e questões relacionadas com a advocacia rural. Em 2000, as ONG nacionais e até mesmo OBC locais estavam cada vez mais envolvidas na prevenção do HIV-Sida, cuidados domiciliários e programas com COV (crianças órfãs e vulneráveis). Finalmente, as actividades locais de geração de rendimento e as iniciativas de micro-crédito trouxeram uma nova onda de ONG com sentido prático. Uma percentagem significativa de ONG envolvidas na prestação de serviços tem uma distinta – senão exclusiva – orientação para as mulheres, idosos, crianças com menos de dezoito e deficientes.

Foi dado um impulso especial à participação das ONG nacionais em programas de prestação de serviços rurais, especialmente o HIV-Sida, através de vários programas "guarda-chuva". Além disso, o Conselho Nacional de Combate ao Sida, uma agência governamental, também ficou responsável pela subconcessão de fundos provenientes dos principais parceiros da cooperação internacional, até ao momento em que a percepção destes da má gestão resultou na retirada da concessão de donativos e atribuição a uma unidade baseada no PNUD.

Alguns líderes de ONG acreditam que o governo não reconhece ou utiliza a forte posição das ONG ao nível da comunidade. O governo pode estar hesitante em unir forças com as organizações de base religiosa. Por outro lado, em algumas províncias como Nampula, tem-se tornado conhecida a solicitação da administração local da participação das ONG.

As ONG não recuperam os custos com bens e serviços prestados aos beneficiários. Um programa internacional de financiamento concentra-se fortemente na melhoria da capacidade de várias ONG nacionais para fornecer bens e prestar serviços de qualidade à comunidade de forma a que os destinatários estejam dispostos a pagar por eles. Os bens e serviços aparentemente não relevantes são muitas vezes o resultado de uma abordagem dirigida pela oferta imposta às ONG pelas ONG internacionais e pelos doadores.

INFRA-ESTRUTURA: 5,1

Geralmente, as ONG compreendem e apreciam as vantagens da formação de redes simples de ONG com uma orientação semelhante. O benefício potencial das redes pode-se, no entanto, perder quando existem múltiplas redes sobrepostas, como no caso de uma rede de organizações que procurou agrupar ONG envolvidas no HIV-Sida, segurança alimentar, habitação e sindicatos. As redes parecem ter

funcionado ao nível provincial e distrital, onde os recursos podem ser combinados para objectivos específicos.

Não existe nenhuma rede de membros ONG em Moçambique. O surgimento das ONG e das actividades em meados da década de 1990 foi acompanhado e às vezes liderado pela LINK com forte apoio dos parceiros internacionais. A LINK não resistiu a uma onda de diferenças internas, em grande parte personalizadas, e no seu lugar nasceram várias redes fracas de ONG que estão envolvidas principalmente em programas de HIV-Sida. Ao nível provincial, as redes são organizadas e geridas de forma desigual, com excepção da província de Nampula, onde o Secretário Permanente do Governador adoptou uma abordagem pró-activa para integrar as ONG na planificação e nas operações, e as organizações disponibilizam tempo e esforços para contribuir para as sessões de trabalho.

Os centros de recursos são escassos. Estão disponíveis e acessíveis recursos como bases de dados e informação técnica (sobretudo sobre o HIV-Sida), mas são insuficientemente usados e dependem da familiarização dos utilizadores com as tecnologias de informação. Não existe um repositório comum onde todos os materiais relacionados com o desenvolvimento organizacional das ONG possam estejam depositados. Foi realizado um esforço para estabelecer tal ponto focal no começo dos anos 90 mas ninguém assumiu a responsabilidade de o manter.

Muito poucas ONG têm experiência na concessão de subsídios e subvenções. O conhecimento existente é relativamente recente e concentrado no sector do HIV-Sida. A falta de prestação de contas e capacidade dos recursos humanos são as limitações maiores para a expansão da concessão de fundos por parte das ONG.

IMAGEM PÚBLICA: 4,9

Alguns especialistas de ONG criticam a forma como a comunicação social percebe, apresenta e interpreta o papel das ONG na sociedade civil, no desenvolvimento socioeconómico e na vida política do país. Existem casos em que o que é gravado na presença das ONG aparece posteriormente noticiado de maneira totalmente diferente.

As ONG por vezes evocam a atenção da comunicação social e promovem sessões com os patrocinadores para garantir que a comunicação social compreende os problemas, a sua importância para o público e as implicações para outros sectores. Em Maputo, as ONG são frequentemente convidadas a participar em debates na rádio ou em programas de actualidade da televisão. A nível distrital, as estações de rádio FM proporcionam uma oportunidade às ONG para comunicarem com as populações rurais, geralmente em línguas locais. Algumas personalidades são bem conhecidas pelos seus discursos semanais sobre temas diversos.

Algumas ONG desistiram de todo de lidar com a comunicação social. Há um consenso de que a comunicação social, com algumas excepções, não conseguiu acompanhar as mudanças que estão em curso no desenvolvimento socioeconómico e lhe falta a capacidade de informar com precisão sobre o que está a acontecer. Aos jornalistas falta o conhecimento prévio e específico do assunto e disponibilidade de material de apoio. Às vezes, a cobertura da comunicação social depende das personalidades envolvidas no evento. A presença de um indivíduo conhecido, praticamente assegura que mais de vinte jornalistas vão cobrir o evento, enquanto outros eventos presididos por uma figura menos pública são raramente cobertos de todo.

Apenas algumas ONG que trabalham sobre o HIV-Sida são bem conhecidas do público. As ONG que promovem artes e artesanato moçambicanos são visíveis em feiras e exposições. As ONG não têm recursos financeiros suficientes para serem capazes de co-patrocinar concertos musicais, espectáculos de dança ou jogos de futebol.

As ONG não discutiram ou aprovaram um código de boas práticas. A falta de transparência nesta matéria, por vezes dá origem a suspeitas e acusações de que os seus membros e funcionários estão puramente no negócio em proveito próprio e vivem num mundo de carros com motorista, conferências confortáveis e generosas ajudas de custo.